

Fazenda e Seplan rejeitam as propostas de reforma monetária

por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo rejeitou ontem, oficialmente, o projeto de lei de reforma monetária elaborado pelo deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE), com base num plano de estabilização preparado pelo economista Francisco Lopes, um dos autores do Plano Cruzado e do Plano Bresser.

Em nota do Ministério do Planejamento, divulgada no final da tarde, o governo garantiu que "em nenhum instante o governo examinou qualquer proposta de política econômica destinada a mudar a linha que se traçou e não recorrerá a nenhuma medida espetacular ou artificial". Na mesma nota, a Seplan ressalta que "o governo continua firme na execução da política fiscal estabelecida no programa de modernização e ajustamento 1988/89, sem recuos nem vacilações".

A reação de economistas do Ministério da Fazenda e do Planejamento ao plano de criação da nova moeda, o real, que substituiria a atual moeda, o cruzado, foi de uma certa descrença, não só sobre a essência do programa de reforma monetária, como também sobre a forma de encaminhamento da proposta — por

meio de um projeto de lei começaria a tramitar no próximo dia 11, no Congresso Nacional.

"Isso levaria uns dois anos para ser aprovado, sem acordo de lideranças. É muito difícil obter acordo de lideranças para uma matéria como essa", assinalou uma fonte do Ministério do Planejamento, com conhecimentos sobre a mecânica do Congresso Nacional.

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, que chegou ontem do exterior, esquिवou-se de fazer qualquer observação sobre o projeto de lei de Osmundo Rebouças, sob a alegação de que o desconhece. Na verdade, tanto o parlamentar quanto o economista que o acompanhou no encontro com o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, há cerca de dez dias, desconhecaram o Ministério da Fazenda e Nóbrega somente tomou conhecimento dessa proposta em Berlim Ocidental, onde participava da reunião do Fundo Monetário Internacional, por meio de um telefonema do chefe da Seplan. O ministro da Fazenda leu a proposta nos jornais, mas, oficialmente, a desconhece.

CHOQUE

Alguns assessores para-

ram para avaliar melhor as implicações do projeto de Francisco Lopes, e até o consideraram um plano engenhoso, que traz embutido um forte choque ortodoxo, de política fiscal e monetária. O pressuposto básico do programa de reforma monetária, com desindexação da economia, elaborado por Lopes, é tentar reproduzir os caminhos da hiperinflação, buscando queimar essa etapa dolorosa da evolução explosiva dos preços, e já criando a nova moeda, o real, desindexada e forte como reserva de valor.

Segundo a proposta de Lopes, nos primeiros quatro meses de execução do plano, o valor em cruzado da nova moeda, seguiria o valor em cruzados da OTN fiscal; a partir do quinto mês, o valor da nova moeda seria estabelecido por meio de leilões diários, promovidos pela "caixa de estabilização", um órgão a ser criado no âmbito do Banco Central (BC) com poder exclusivo para determinação da paridade entre o cruzado e o real.

A partir do quinto mês, o projeto de lei estabelece ainda que a "caixa de estabilização" somente poderá comprar cruzados se a quantidade acumulada de reais emitidos (por ela própria) não superar um crescimento cumulativo de 12%, entre o quinto e o 11º mês de vigência da lei, com relação à emissão de reais acumulada até o último dia do quarto mês de execução da lei.

A partir do 11º mês de vigência, a emissão teria de ser determinada em lei. Nesse aspecto, comentaram assessores econômicos do governo, a restrição monetária seria "brutal", além do que tiraria do governo federal o poder de definir a emissão de moeda.

IMPOSTOS

O aperto fiscal embutido no projeto de lei também é importante e ocorreria na

medida em que o governo ficasse proibido de utilizar a nova moeda para fazer seus pagamentos, exceto a "caixa de estabilização" do BC, excluídos os pagamentos de remuneração do funcionalismo público, e para fazer transferências, empréstimos ou quitações de débitos.

Já os impostos seriam pagos em valores denominados em reais ou convertidos em reais na data de seu vencimento. Com isso, a arrecadação tributária estaria protegida da inflação do cruzado. "Ou seja, arrecada-se em moeda forte e paga-se em moeda fraca", comentou um assessor econômico do governo.

Os riscos desse plano, porém, seriam muito maiores do que os decorrentes do fracasso dos planos Cruzado e Bresser, argumentam as fontes. Ao contrário do que ocorreu com o Plano Bresser, por exemplo, cujo fracasso fez com que a inflação voltasse, um ano depois de sua implementação, aos níveis em que estava imediatamente antes de seu lançamento, os efeitos de um insucesso do plano de Rebouças e Lopes seria a hiperinflação. Para isso bastaria que a sociedade não acreditasse na nova moeda.

HIPERINFLAÇÃO

Satisfeitos ou não com a proposta alternativa de Lopes, o certo é que os técnicos da equipe econômica do governo estudam medidas de desindexação da economia, mencionam como hipótese uma desindexação parcial, e operam com a possibilidade de serem pressionados pelas circunstâncias, para tomarem medidas não convencionais.

Temem, também, que a discussão do projeto de lei de reforma monetária com desindexação só venha a jogar os preços ainda mais para o alto, criando incertezas adicionais na economia e abreviando um caminho que desejariam evitar, o da hiperinflação.